

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Iris participa da entrega de notebooks para alunos

CHAMADA DE CAPA: Aula digital Prefeito Iris Rezende participou da entrega de maletas e kits tecnológicos para alunos da rede municipal de ensino de Goiânia. Equipamentos digitais fazem parte do Projeto Aula Digital, da Fundação Telefônica Vivo. Programa está no segundo ano e atendeu, em 2019, cerca de 27 mil alunos de 100 escolas da Capital. - Página 05

Escolas da rede municipal de ensino começam a receber maletas e kits tecnológicos do Projeto Aula Digital, da Fundação Telefônica Vivo

Na manhã de ontem, quinta-feira, 20, as escolas da rede municipal de ensino de Goiânia receberam de forma simbólica as maletas e kits tecnológicos do Projeto Aula Digital, da Fundação Telefônica Vivo. A solenidade de entrega ocorreu no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e contou com presença do prefeito de Goiânia, Iris Rezende.

Diretores e coordenadores pedagógicos de 100 escolas participaram do evento, além de mais 70 que foram incluídas no Projeto a partir desse ano. Os kits tecnológicos são compostos por notebooks, pen drive, roteador, tablets e outros equipamentos, que serão utilizados como novas possibilidades de ensino e aprendizagem.

"Agradeço a Vivo por criar uma Fundação que se preocupa com o conhecimento e a educação. Antes, os únicos meios de comunicação eram ir ao encontro das pessoas ou mandar uma carta. Me emociono quando vejo hoje como está o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. E agradeço a parceria com a Vivo, pois felizes as pessoas que se dedicam ao ensino que representa o sus-tentáculo da Educação", ressaltou o prefeito Iris Rezende.

O secretário de Educação e Esporte de Goiânia, Marcelo Costa, falou da importância do Projeto nas instituições. "O trabalho desafiador é fazer com que a escola seja mais que quadro e giz. Essa escola que sonhamos tem que desafiar os alunos e tem que ser o lugar que eles queiram estar. E o Aula Digital permite fazer esse dia a dia da unidade educacional mais inovador e atrativo, com a transposição didático pedagógica do professor", comentou.

"Para nós é um prazer levar esse Projeto adiante e ser uma ponte para outros projetos da Secretaria. Acreditamos no poder da inovação criativa e tecnológica para a formação de cidadãos comprometidos de suas responsabilidades do mundo e nas suas cidades. As vivências do Projeto buscam estimular os jovens a empreender e ajudar no desenvolvimento das comunidades", afirmou Rubem Saldanha, gerente de programas sociais na Fundação Telefônica Vivo.

Projeto

O Projeto Aula Digital está no segundo ano e atendeu em 2019, cerca de 27 mil alunos de 100 escolas da Capital. A iniciativa conta com a parceria do CIEDS (Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável) e integra o ProFuturo, programa global criado pela Fundação Telefônica e Fundação Bancária La Caixa, presente em países da África, Ásia e América Latina.

Floje, o Aula Digital apoia uma rede de 700 educadores da rede municipal de ensino, com formação continuada, acesso a um ambiente de aprendizagem e conteúdos pedagógicos digitais. Os educadores passaram por período de formação presencial durante a primeira etapa do programa, cujo objetivo foi propiciar o desenvolvimento de planos de ação para inovação das práticas pedagógicas, aliado à formação em serviço recebida durante visitas presenciais às escolas.



CPI dos Incentivos Fiscais entrega relatório no início de março

Relator afirma que falta de controle e fiscalização gerou uma “caixa preta” e trouxe prejuízos financeiros para Goiás

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Incentivos Fiscais, deputado estadual Humberto Aidar (MDB), que também preside a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa anunciou, em entrevista coletiva, que irá apresentar o relatório dos trabalhos da CPI na terça-feira, dia 03 de março. O parlamentar assegurou que pretende se dedicar à finalização do relatório durante o feriado prolongado de carnaval para que o documento esteja pronto para sua apresentação. “A minha ideia é finalizar agora durante o carnaval. Os deputados devem pedir vistas, mas eu vou apresentar, tanto na Casa, quanto para a imprensa”, revelou.

O relator não quis revelar detalhes mais aprofundados do teor do relatório, embora tenha dito que a questão dos Incentivos Fiscais se constitui uma “caixa preta” no Estado e que por falta de fiscalização e controle, segundo ele, trouxe prejuízos para Goiás. “Nós vamos mostrar, por exemplo, quanto custou cada emprego. Temos casos que um emprego custou mais



CPI se reuniu várias vezes em 2019 e, agora, está prestes a apresentar o resultado de seu trabalho

de noventa mil reais por pessoa. O Estado perdeu muito e deixou de ganhar muito. A forma como se dá esses incentivos está totalmente equivocada. Nós vamos mostrar isso tecnicamente no nosso relatório e indicar novos caminhos para o Governo de Goiás, inclusive, melhorando a fiscalização que ela praticamente inexistiu ao longo desses anos”, disse.

Assim que houver a

aprovação do relatório pela Assembleia Legislativa, o documento será encaminhado ao Ministério Público Estadual (MP-GO), que poderá adotar medidas pela correção de irregularidades levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

A CPI que está em sua reta final investiga possíveis irregularidades na concessão de incentivos fiscais a empresas que

optaram por se instalar em Goiás ou àquelas que já funcionavam no Estado e que obtiveram benefícios do Fomentar ou do Produzir para instalar ou ampliar seu parque industrial.

Composição

A CPI dos Incentivos Fiscais é presidida pelo deputado Alvaro Guimarães (DEM) e tem como relator o deputado Humberto Aidar (MDB).

O colegiado foi instaurado com base no decreto administrativo n.º 2.965, de 13 de março de 2019. A iniciativa de criação desta CPI foi de Aidar (MDB), que contou com a assinatura de outros 23 parlamentares, sendo que o mínimo de adesão para que seja instaurada uma CPI, segundo o Regimento Interno, é de 14 assinaturas. O objetivo principal da comissão é proteger o interesse pú-

blico diante de possíveis infrações.

As justificativas para a constituição da CPI foram as denúncias recebidas de irregularidades nos processos de concessão e benefício fiscais. Além disso, soma-se o fato de o Estado comprometer, aproximadamente, 35% de sua receita por conta dos incentivos. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) decidiu, por meio de um Acórdão (N.º 5.005, 2017), que o Estado “deve reduzir em no mínimo 9% a renúncia da receita tributária estadual”.

Ainda constam nos livros fiscais, segundo auditorias fiscais da Administração Tributária Estadual, saldos credores milionários do ICMS de empresas beneficiárias do crédito outorgado, que cumulam o benefício de programas de incentivo Fomentar/Produzir. “Registra-se que tais créditos acumulados estão sendo utilizados em operações de transferências de créditos a outras empresas, que os adquirem com deságio perto de 50% do valor nominal transferido”, afirma o documento de abertura da CPI.

ONZE DE MAIO (21/02)



Iris entrega notebooks para crianças da rede municipal de ensino

Prefeito entregou ontem, de maneira simbólica, as primeiras maletas e kits tecnológicos do Projeto Aula Digital, da Fundação Telefônica Vivo. A solenidade ocorreu no **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

Diretores e coordenadores pedagógicos de 100 escolas participaram do evento, além de mais 70 que foram incluídas no Projeto a partir desse ano. Os kits tecnológicos são compostos por notebooks, pen drive, roteador, tablets e outros equipamentos, que serão utilizados como novas possibilidades de ensino e aprendizagem.

"Agradeço à Vivo por criar uma Fundação que se preocupa com o conhecimento e a educação. Antes, os únicos meios de comunicação eram ir ao encontro das pessoas ou mandar uma carta. Me emociono quando vejo hoje como está o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. E agradeço a parceria com a Vivo, pois felizes são as pessoas que se dedicam ao ensino, o sustentáculo da Educação", ressaltou o prefeito Iris Rezende.

O secretário de Educação e Esporte de Goiânia, Marcelo Costa, falou da importância do Projeto nas instituições. "O trabalho desafiador é fazer com que a escola seja mais que quadro e giz. Essa escola que sonhamos tem que desafiar os alunos e tem que ser o lugar em que eles queiram estar. O Aula Digital permite fazer esse dia a dia da unidade educacional mais inovador e atrativo, com a transposição didático pedagógica do professor", comentou.

O gerente de programas sociais da Fundação Telefônica Vivo, Rubem Saldanha, disse que as vivências do Projeto buscam estimular os jovens a empreender e ajudar no desenvolvimento das comunidades. "Acreditamos no poder da inovação criativa e tecnológica para a formação de cidadãos comprometidos com suas responsabilidades no mundo e nas suas cidades".

Projeto

O Projeto Aula Digital está no segundo ano e atendeu em 2019, cerca de 27 mil alunos de 100 escolas da Capital. A iniciativa conta com a parceria do CIEDS (Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável) e integra o ProFuturo, programa global criado pela Fundação Telefônica e Fundação Bancária La Caixa, presente em países da África, Ásia e América Latina.

Hoje, o Aula Digital apoia uma rede de 700 educadores da rede municipal de ensino, com formação continuada, acesso a um ambiente de aprendizagem e conteúdos pedagógicos digitais. Os educadores passaram por período de formação presencial durante a primeira etapa do programa, cujo objetivo foi propiciar o desenvolvimento de planos de ação para inovação das práticas pedagógicas, aliado à formação em serviço recebida durante visitas presenciais às escolas.



Mantida a retenção de valores pela Goinfra - DIREITO E JUSTIÇA

Mantida a retenção de valores pela Goinfra

Atendendo a pedido da Procuradoria-Geral do Estado, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, suspendeu três decisões liminares da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia que determinavam o imediato pagamento de valores milionários a empreiteiras suspeitas da prática do chamado "jogo de planilhas". Essas irregularidades foram constatadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás ao analisar caso idêntico. Segundo os procuradores do Estado Daniel Walner e Tomaz Aquino, essa decisão obtida no STJ permite que a Goinfra mantenha a retenção de valor superior a R\$ 50 milhões para assegurar futuro e eventual ressarcimento dos danos sofridos pelo Estado de Goiás.

Pediu informações 1

O MP-GO solicitou à Prefeitura de Goiânia informações sobre o impacto das obras de recapeamento de ruas no trânsito. Uma investigação foi aberta pela 7ª Promotoria da capital, com atribuições no Meio Ambiente e Urbanismo, após notícias de que o Paço vai refazer o asfalto em mais de 100 bairros a partir de março. A coluna procurou a assessoria do Paço, mas não houve retorno.

Pediu informações 2

A promotora Alice de Almeida Freire, que assina a solicitação, pediu detalhes sobre o projeto e o cronograma de execução das obras públicas. Para ela, é "notório o caos instalado no trânsito de Goiânia, notadamente nos horários de pico, em razão da existência de diversas obras de infraestrutura em andamento". Alice pediu, ainda, qual critério foi utilizado pela prefeitura para planejar o início das novas obras e se foi considerada a questão do impacto no trânsito.

Proteção negada

A juíza Maria Antônia de Faria, do Juizado da Violência Doméstica de Aparecida de Goiânia, negou pedido de medidas protetivas contra o artista plástico goiano Siron Franco. O pedido foi feito por sua ex-companheira, que alegou que ele a internava e fazia assinar papéis para transferir bens. A magistrada entendeu que a mulher possui transtornos psiquiátricos, indicando que relatos foram fantasiados em virtude de seu quadro de saúde mental. Os advogados Demóstenes Torres e Caio Alcântara, responsáveis pela defesa de Siron, esclareceram que ele sempre foi um protetor da sua ex-mulher, "fato reconhecido pelos próprios familiares dela".

Ponto de Informações

R\$ 161 milhões

O Procon-GO pretende receber R\$ 161.180.876,36 milhões de empresas que possuem débitos decorrentes de multas durante a Semana de Conciliação, entre os dias 9 e 13 de março, organizada em conjunto com a Procuradoria-Geral do Estado. O órgão de proteção ao consumidor prevê parcelar a dívida e reduzir os juros e correção monetária em 99% para os créditos não inscritos em dívida ativa e de 80% para os já inscritos ou ajuizados. A Semana vai ocorrer no Shopping Cerrado. Os valores arrecadados serão destinados ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FEDC) para financiamento de programas e ações de defesa do consumidor, com o retorno direto para a sociedade.



CPI dos Incentivos Fiscais

Relatório final da CPI dos Incentivos Fiscais será entregue dia 3 de março, diz Humberto Aidar. O parlamentar é o relator da Comissão que investigou a concessão dos benefícios em Goiás

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Incentivos Fiscais deputado estadual Humberto Aidar (MDB) que também preside a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa anunciou, em entrevista coletiva, durante a sessão plenária desta quarta-feira, 19, que irá apresentar o relatório dos trabalhos da CPI na terça-feira, dia 03 de março. O parlamentar assegurou que pretende se dedicar à finalização do relatório durante o feriado prolongado de carnaval para que o documento esteja pronto para sua apresentação. "A minha ideia é finalizar agora durante o carnaval. Os deputados devem pedir vistas, mas eu vou apresentar tanto na Casa, quanto para a imprensa", revelou.

Aidar argumentou ainda ter trabalhado durante o recesso parlamentar de final e início de ano para adiantar a composição de seu relatório da CPI. "Vocês verão aí o calhamaço de papel. Tem cabido apenas a mim a verificação de linha por linha, as correções que quero fazer e aí não dá para ficar discutindo isso com os demais membros da comissão. Eu chamei para mim essa responsabilidade e vou apresentar o relatório. São oito etapas. Nós já finalizamos quatro e está tudo bem encaminhado para até quarta ou quinta-feira da próxima semana eu finalizar para a gente poder encadernar e apresentar", explicou.

O relator não quis revelar detalhes mais aprofundados do teor do relatório, embora tenha dito que a questão dos Incentivos Fiscais se constitui uma "caixa preta" no Estado e que por falta de fiscalização e controle, segundo ele, trouxe prejuízos para Goiás. "Nós vamos mostrar, por exemplo, quanto custou cada emprego. Temos casos que um emprego custou mais de noventa mil reais por pessoa. O Estado perdeu muito e deixou de ganhar muito. A forma como se dá esses incentivos está totalmente equivocada. Nós vamos mostrar isso tecnicamente no nosso relatório e indicar novos caminhos para o Governo do Estado, inclusive, melhorando a fiscalização que ela praticamente inexistiu ao longo desses anos", disse.

Assim que houver a aprovação do relatório pela Assembleia Legislativa o documento será encaminhado ao Ministério Público Estadual (MP-GO) que poderá adotar medidas pela correção de irregularidades levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

A CPI que está em sua reta final investiga possíveis irregularidades na concessão de incentivos fiscais a empresas que optaram por se instalar em Goiás ou àquelas que já funcionavam no Estado e que obtiveram benefícios do Fomentar ou do Produzir para instalar ou ampliar seu parque industrial.

Projetos aprovados após instauração da CPI

Assim que iniciaram as atividades da CPI, no início do ano passado, Humberto Aidar começou a tomar ciência dos problemas na concessão de incentivos fiscais. Com isso, o parlamentar prometeu que durante o andamento da comissão iria propor projetos para corrigir as distorções encontradas.

Nesse contexto, o deputado apresentou sete projetos que têm como objetivo principal proteger o interesse público diante de possíveis distorções. Três deles já foram sancionados pelo Executivo, outros três estão em fase final de tramitação, além de um que foi vetado.

Uma das leis propostas pelo deputado Humberto Aidar e sancionada pelo Governo se refere à concessão de incentivos fiscais pelo estado de Goiás a grupos econômicos. A lei sancionada prevê que o benefício fiscal agora está condicionado à geração mínima de 2 mil empregos e ao recolhimento de carga tributária efetiva de pelo menos 2%. "Com essa lei de minha autoria, o Estado passa a ter um incremento de receita de cerca de R\$ 140 milhões já neste ano", diz o deputado.

Também está ligado à CPI o projeto que põe fim ao crédito moeda. Na prática, essa era uma ferramenta utilizada por empresas que recebiam o benefício fiscal para trocar por dinheiro, por meio da venda de créditos outorgados para outras instituições, sem precisar dar contrapartida aos cofres públicos. A lei foi sancionada em dezembro do ano passado.

Outra mudança implantada a partir da iniciativa do deputado foi um projeto que impõe mudanças na lei que concede incentivos fiscais ao setor sucroalcooleiro. Apesar de algumas mudanças no decorrer da tramitação, a nova lei, segundo Humberto Aidar, garante mais equilíbrio, uma vez que obriga as indústrias a darem algumas contrapartidas ao Estado.

Composição e objetivo da CPI

A CPI dos Incentivos Fiscais é presidida pelo deputado Álvaro Guimarães (DEM) e tem como relator o deputado Humberto Aidar (MDB). O colegiado foi instaurado com base no decreto administrativo nº 2.965, de 13 de março de 2019. A iniciativa de criação desta CPI foi de Aidar (MDB), que contou com a assinatura de outros 23 parlamentares, sendo que o mínimo de adesão para que seja instaurada uma CPI, segundo o Regimento Interno, é de 14 assinaturas. O objetivo principal da comissão é proteger o interesse público diante de possíveis infrações.

As justificativas para a constituição da CPI foram as denúncias recebidas de irregularidades nos processos de concessão e benefício fiscais. Além disso, soma-se o fato de o estado comprometer, aproximadamente, 35% de sua receita por conta dos incentivos. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) decidiu, por meio de um Acórdão (Nº 5.005, 2017), que o Estado "deve reduzir em no mínimo 9% a renúncia da receita tributária estadual".

Ainda constam nos livros fiscais, segundo auditorias fiscais da Administração Tributária Estadual, saldos credores milionários do ICMS de empresas beneficiárias do crédito outorgado, que cumulam o benefício de programas de incentivo Fomentar/Produzir. "Registra-se que tais créditos acumulados estão sendo utilizados em operações de transferências de créditos a outras empresas, que os adquirem com deságio perto de 50% do valor nominal transferido", afirma o documento de abertura da CPI. Fonte: Agência Assembleia de Notícias

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Incentivos Fiscais deputado estadual Humberto Aidar (MDB) que também preside a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa anunciou, em entrevista coletiva, durante a sessão plenária desta quarta-feira, 19, que irá apresentar o relatório dos trabalhos da CPI na terça-feira, dia 03 de março. O parlamentar assegurou que pretende se dedicar à finalização do relatório durante o feriado prolongado de carnaval para que o documento esteja pronto para sua apresentação. "A minha ideia é finalizar agora durante o carnaval. Os deputados devem pedir vistas, mas eu vou apresentar tanto na Casa, quanto para a imprensa", revelou.

Aidar argumentou ainda ter trabalhado durante o recesso parlamentar de final e início de ano para adiantar a composição de seu relatório da CPI. "Vocês verão aí o calhamaço de papel. Tem cabido apenas a mim a verificação de linha por linha, as correções que quero fazer e aí não dá para ficar discutindo isso com os demais membros da comissão. Eu chamei para mim essa responsabilidade e vou apresentar o relatório. São oito etapas. Nós já finalizamos quatro e está tudo bem encaminhado para até quarta ou quinta-feira da próxima semana eu finalizar para a gente poder encadernar e apresentar", explicou.

O relator não quis revelar detalhes mais aprofundados do teor do relatório, embora tenha dito que a questão dos Incentivos Fiscais se constitui uma "caixa preta" no Estado e que por falta de fiscalização e controle, segundo ele, trouxe prejuízos para Goiás. "Nós vamos mostrar, por exemplo, quanto custou cada emprego. Temos casos que um emprego custou mais de noventa mil reais por pessoa. O Estado perdeu muito e deixou de ganhar muito. A forma como se dá esses incentivos está totalmente equivocada. Nós vamos mostrar isso tecnicamente no nosso relatório e indicar novos caminhos para o Governo do Estado, inclusive, melhorando a fiscalização que ela praticamente inexistiu ao longo desses anos", disse.

Assim que houver a aprovação do relatório pela Assembleia Legislativa o documento será encaminhado ao Ministério Público Estadual (MP-GO) que poderá adotar medidas pela correção de irregularidades levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

A CPI que está em sua reta final investiga possíveis irregularidades na concessão de incentivos fiscais a empresas que optaram por se instalar em Goiás ou àquelas que já funcionavam no Estado e que obtiveram benefícios do Fomentar ou do Produzir para instalar ou ampliar seu parque industrial.

Projetos aprovados após instauração da CPI

Assim que iniciaram as atividades da CPI, no início do ano passado, Humberto Aidar começou a tomar ciência dos problemas na concessão de incentivos fiscais. Com isso, o parlamentar prometeu que durante o andamento da comissão iria propor projetos para corrigir as distorções encontradas.

Nesse contexto, o deputado apresentou sete projetos que têm como objetivo principal proteger o interesse público diante de possíveis distorções. Três deles já foram sancionados pelo Executivo, outros três estão em fase final de tramitação, além de um que foi vetado.

Uma das leis propostas pelo deputado Humberto Aidar e sancionada pelo Governo se refere à concessão de incentivos fiscais pelo estado de Goiás a grupos econômicos. A lei sancionada prevê que o benefício fiscal agora está condicionado à geração mínima de 2 mil empregos e ao recolhimento de carga tributária efetiva de pelo menos 2%. "Com essa lei de minha autoria, o Estado passa a ter um incremento de receita de cerca de R\$ 140 milhões já neste ano", diz o deputado.

Também está ligado à CPI o projeto que põe fim ao crédito moeda. Na prática, essa era uma ferramenta utilizada por empresas que recebiam o benefício fiscal para trocar por dinheiro, por meio da venda de créditos outorgados para outras instituições, sem precisar dar contrapartida aos cofres públicos. A lei foi sancionada em dezembro do ano passado.

Outra mudança implantada a partir da iniciativa do deputado foi um projeto que impõe mudanças na lei que concede incentivos fiscais ao setor sucroalcooleiro. Apesar de algumas mudanças no decorrer da tramitação, a nova lei, segundo Humberto Aidar, garante mais equilíbrio, uma vez que obriga as indústrias a darem algumas contrapartidas ao Estado.

Composição e objetivo da CPI

A CPI dos Incentivos Fiscais é presidida pelo deputado Álvaro Guimarães (DEM) e tem como relator o deputado Humberto Aidar (MDB). O colegiado foi instaurado com base no decreto administrativo nº 2.965, de 13 de março de 2019. A iniciativa de criação desta CPI foi de Aidar (MDB), que contou com a assinatura de outros 23 parlamentares, sendo que o mínimo de adesão para que seja instaurada uma CPI, segundo o Regimento Interno, é de 14 assinaturas. O objetivo principal da comissão é proteger o interesse público diante de possíveis infrações.

As justificativas para a constituição da CPI foram as denúncias recebidas de irregularidades nos processos de concessão e benefício fiscais. Além disso, soma-se o fato de o estado comprometer, aproximadamente, 35% de sua receita por conta dos incentivos. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) decidiu, por meio de um Acórdão (Nº 5.005, 2017), que o Estado "deve reduzir em no mínimo 9% a renúncia da receita tributária estadual".

Ainda constam nos livros fiscais, segundo auditorias fiscais da Administração Tributária Estadual, saldos credores milionários do ICMS de empresas beneficiárias do crédito outorgado, que cumulam o benefício de programas de incentivo Fomentar/Produzir. "Registra-se que tais créditos acumulados estão sendo utilizados em operações de transferências de créditos a outras empresas, que os adquirem com deságio perto de 50% do valor nominal transferido", afirma o documento de abertura da CPI. Fonte: Agência Assembleia de Notícias



Edição do Secretário na Escola tem presença da Fundação Telefônica Vivo

Iniciativa propõe aproximar e compartilhar a organização administrativa junto às unidades da rede municipal de Educação

A Escola Municipal de Tempo Integral Benedito Soares de Castro, no Conjunto Caiçara, recebeu nesta quarta-feira (19/02), a segunda edição do Projeto Secretário na Escola de 2020. Hoje, o diferencial foi a presença da equipe da Fundação Telefônica Vivo, que realizou oficinas com tablets que integram o Projeto Aula Digital. Exemplares do material serão entregues em evento realizado nesta quinta-feira (20), no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

A escola atende 155 alunos do ciclo da infância, de seis a dez anos, em tempo integral. Acompanhadas de professores e demais servidores da unidade, as crianças receberam o secretário Marcelo Costa, equipe diretiva e responsáveis pelo Projeto Aula Digital com apresentação musical. Na companhia da diretora, o titular da pasta fez um tour pela unidade, conhecendo cada ambiente. Logo após deu início aos atendimentos individualizados.

O secretário Marcelo Costa ressaltou, durante a recepção, o quanto é importante essa aproximação entre equipe da SME e servidores das instituições, alunos, pais e comunidade em geral. "Não é uma visita, eu venho pra ficar com vocês, conversar, conhecer. Também é importante que outros diretores conheçam a escola, troquem ideias, pois é um momento para socializar", disse.

O titular da pasta também destacou a parceria com a Telefônica Vivo desde 2017. A união, segundo ele, veio para transformar a forma de trabalhar na escola, pensar em meios nunca usados antes, inovar, construindo um ambiente desafiador. "É um orgulho enorme saber que esse projeto esteja nas escolas e beneficiem as nossas crianças", disse Marcelo Costa.

A diretora Lívia Mara Araújo enfatizou a necessidade desse projeto, pois leva a SME até a escola para atender as demandas específicas da instituição. "Também é o momento do secretário ter uma aproximação da comunidade, conhecer o trabalho realizado e ainda trazer soluções para que seja possível um melhor desenvolvimento do nosso trabalho", pontuou.

Lívia também expressou satisfação em receber a equipe da Telefônica Vivo. A escola já participa do Projeto Aula Digital desde 2019 e agora vai receber o kit tecnológico, que é composto por uma maleta com tablets. "Os professores e gestores passaram por formação e as crianças realizaram as atividades propostas pelo programa. Os tablets que chegam serão utilizados pelos alunos a partir de agora, nas salas de aula, dando seguimento ao projeto".

Projeto Secretário na Escola

O projeto Secretário na Escola é uma proposta que visa compartilhar e aproximar a organização administrativa da SME das unidades da rede municipal de educação de Goiânia. Semanalmente, o ambiente educacional será foco de atuação do secretário ao deslocar funcionários e estrutura necessária para realizar suas atividades direto da unidade. A iniciativa contempla atendimentos nas áreas de alimentação educacional, acompanhamento pedagógico, consultoria em esporte, gestão de pessoas, acompanhamento da rede física e consultoria para prestação de contas.

Projeto Aula Digital

O Projeto Aula Digital é parte integrante do ProFuturo, programa global criado pela Fundação Telefônica e Fundação Bancária La Caixa, presente em países da África, Ásia e América Latina. O intuito é melhorar as oportunidades das crianças, incorporando a inovação nas escolas por meio da tecnologia e novas metodologias de ensino e aprendizagem. Em 2019, o Projeto Aula Digital atendeu a 100 escolas e a SME conseguiu realizar a formação de 794 educadores, superando as metas estipuladas, com dois módulos de formação, sobre Espaços Diferenciados e Papel do Professor. Fonte: Adriene Bastos, Editoria de Educação e Esporte / Foto: Eulices Maria

A Escola Municipal de Tempo Integral Benedito Soares de Castro, no Conjunto Caiçara, recebeu nesta quarta-feira (19/02), a segunda edição do Projeto Secretário na Escola de 2020. Hoje, o diferencial foi a presença da equipe da Fundação Telefônica Vivo, que realizou oficinas com tablets que integram o Projeto Aula Digital. Exemplares do material serão entregues em evento realizado nesta quinta-feira (20), no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

A escola atende 155 alunos do ciclo da infância, de seis a dez anos, em tempo integral. Acompanhadas de professores e demais servidores da unidade, as crianças receberam o secretário Marcelo Costa, equipe diretiva e responsáveis pelo Projeto Aula Digital com apresentação musical. Na companhia da diretora, o titular da pasta fez um tour pela unidade, conhecendo cada ambiente. Logo após deu início aos atendimentos individualizados.

O secretário Marcelo Costa ressaltou, durante a recepção, o quanto é importante essa aproximação entre equipe da SME e servidores das instituições, alunos, pais e comunidade em geral. "Não é uma visita, eu venho pra ficar com vocês, conversar, conhecer. Também é importante que outros diretores conheçam a escola, troquem ideias, pois é um momento para socializar", disse.

O titular da pasta também destacou a parceria com a Telefônica Vivo desde 2017. A união, segundo ele, veio para transformar a forma de trabalhar na escola, pensar em meios nunca usados antes, inovar, construindo um ambiente desafiador. "É um orgulho enorme saber que esse projeto esteja nas escolas e beneficiem as nossas crianças", disse Marcelo Costa.

A diretora Lívia Mara Araújo enfatizou a necessidade desse projeto, pois leva a SME até a escola para atender as demandas específicas da instituição. "Também é o momento do secretário ter uma aproximação da comunidade, conhecer o trabalho realizado e ainda trazer soluções para que seja possível um melhor desenvolvimento do nosso trabalho", pontuou.

Lívia também expressou satisfação em receber a equipe da Telefônica Vivo. A escola já participa do Projeto Aula Digital desde 2019 e agora vai receber o kit tecnológico, que é composto por uma maleta com tablets. "Os professores e gestores passaram por formação e as crianças realizaram as atividades propostas pelo programa. Os tablets que chegam serão utilizados pelos alunos a partir de agora, nas salas de aula, dando seguimento ao projeto".

Projeto Secretário na Escola

O projeto Secretário na Escola é uma proposta que visa compartilhar e aproximar a organização administrativa da SME das unidades da rede municipal de educação de Goiânia. Semanalmente, o ambiente educacional será foco de atuação do secretário ao deslocar funcionários e estrutura necessária para realizar suas atividades direto da unidade. A iniciativa contempla atendimentos nas áreas de alimentação educacional, acompanhamento pedagógico, consultoria em esporte, gestão de pessoas, acompanhamento da rede física e consultoria para prestação de contas.

Projeto Aula Digital

O Projeto Aula Digital é parte integrante do ProFuturo, programa global criado pela Fundação Telefônica e Fundação Bancária La Caixa, presente em países da África, Ásia e América Latina. O intuito é melhorar as oportunidades das crianças, incorporando a inovação nas escolas por meio da tecnologia e novas metodologias de ensino e aprendizagem. Em 2019, o Projeto Aula Digital atendeu a 100 escolas e a SME conseguiu realizar a formação de 794 educadores, superando as metas estipuladas, com dois módulos de formação, sobre Espaços Diferenciados e Papel do Professor. Fonte: Adriene Bastos, Editoria de Educação e Esporte / Foto: Eulices Maria



CPI dos Incentivos Fiscais

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Incentivos Fiscais deputado estadual Humberto Aidar (MDB) que também preside a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa anunciou, em entrevista coletiva, durante a sessão plenária desta quarta-feira, 19, que irá apresentar o relatório dos trabalhos da CPI na terça-feira, dia 03 de março. O parlamentar assegurou que pretende se dedicar à finalização do relatório durante o feriado prolongado de carnaval para que o documento esteja pronto para sua apresentação. "A minha ideia é finalizar agora durante o carnaval. Os deputados devem pedir vistas, mas eu vou apresentar tanto na Casa, quanto para a imprensa", revelou.

Aidar argumentou ainda ter trabalhado durante o recesso parlamentar de final e início de ano para adiantar a composição de seu relatório da CPI. "Vocês verão aí o calhamaço de papel. Tem cabido apenas a mim a verificação de linha por linha, as correções que quero fazer e aí não dá para ficar discutindo isso com os demais membros da comissão. Eu chamei para mim essa responsabilidade e vou apresentar o relatório. São oito etapas. Nós já finalizamos quatro e está tudo bem encaminhado para até quarta ou quinta-feira da próxima semana eu finalizar para a gente poder encadernar e apresentar", explicou.

O relator não quis revelar detalhes mais aprofundados do teor do relatório, embora tenha dito que a questão dos Incentivos Fiscais se constitui uma "caixa preta" no Estado e que por falta de fiscalização e controle, segundo ele, trouxe prejuízos para Goiás. "Nós vamos mostrar, por exemplo, quanto custou cada emprego. Temos casos que um emprego custou mais de noventa mil reais por pessoa. O Estado perdeu muito e deixou de ganhar muito. A forma como se dá esses incentivos está totalmente equivocada. Nós vamos mostrar isso tecnicamente no nosso relatório e indicar novos caminhos para o Governo do Estado, inclusive, melhorando a fiscalização que ela praticamente inexistiu ao longo desses anos", disse.

Assim que houver a aprovação do relatório pela Assembleia Legislativa o documento será encaminhado ao Ministério Público Estadual (MP-GO) que poderá adotar medidas pela correção de irregularidades levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

A CPI que está em sua reta final investiga possíveis irregularidades na concessão de incentivos fiscais a empresas que optaram por se instalar em Goiás ou àquelas que já funcionavam no Estado e que obtiveram benefícios do Fomentar ou do Produzir para instalar ou ampliar seu parque industrial.

Projetos aprovados após instauração da CPI

Assim que iniciaram as atividades da CPI, no início do ano passado, Humberto Aidar começou a tomar ciência dos problemas na concessão de incentivos fiscais. Com isso, o parlamentar prometeu que durante o andamento da comissão iria propor projetos para corrigir as distorções encontradas.

Nesse contexto, o deputado apresentou sete projetos que têm como objetivo principal proteger o interesse público diante de possíveis distorções. Três deles já foram sancionados pelo Executivo, outros três estão em fase final de tramitação, além de um que foi vetado.

Uma das leis propostas pelo deputado Humberto Aidar e sancionada pelo Governo se refere à concessão de incentivos fiscais pelo estado de Goiás a grupos econômicos. A lei sancionada prevê que o benefício fiscal agora está condicionado à geração mínima de 2 mil empregos e ao recolhimento de carga tributária efetiva de pelo menos 2%. "Com essa lei de minha autoria, o Estado passa a ter um incremento de receita de cerca R\$ 140 milhões já neste ano", diz o deputado.

Também está ligado à CPI o projeto que põe fim ao crédito moeda. Na prática, essa era uma ferramenta utilizada por empresas que recebiam o benefício fiscal para trocar por dinheiro, por meio da venda de créditos outorgados para outras instituições, sem precisar dar contrapartida aos cofres públicos. A lei foi sancionada em dezembro do ano passado.

Outra mudança implantada a partir da iniciativa do deputado foi um projeto que impõe mudanças na lei que concede incentivos fiscais ao setor sucroalcooleiro. Apesar de algumas mudanças no decorrer da tramitação, a nova lei, segundo Humberto Aidar, garante mais equilíbrio, uma vez que obriga as indústrias a darem algumas contrapartidas ao Estado.

Composição e objetivo da CPI

A CPI dos Incentivos Fiscais é presidida pelo deputado Álvaro Guimarães (DEM) e tem como relator o deputado Humberto Aidar (MDB). O colegiado foi instaurado com base no decreto administrativo nº 2.965, de 13 de março de 2019. A iniciativa de criação desta CPI foi de Aidar (MDB), que contou com a assinatura de outros 23 parlamentares, sendo que o mínimo de adesão para que seja instaurada uma CPI, segundo o Regimento Interno, é de 14 assinaturas. O objetivo principal da comissão é proteger o interesse público diante de possíveis infrações.

As justificativas para a constituição da CPI foram as denúncias recebidas de irregularidades nos processos de concessão e benefício fiscais. Além disso, soma-se o fato de o estado comprometer, aproximadamente, 35% de sua receita por conta dos incentivos. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) decidiu, por meio de um Acórdão (Nº 5.005, 2017), que o Estado "deve reduzir em no mínimo 9% a renúncia da receita tributária estadual".

Ainda constam nos livros fiscais, segundo auditorias fiscais da Administração Tributária Estadual, saldos credores milionários do ICMS de empresas beneficiárias do crédito outorgado, que acumulam o benefício de programas de incentivo Fomentar/Produzir. "Registra-se que tais créditos acumulados estão sendo utilizados em operações de transferências de créditos a outras empresas, que os adquirem com deságio perto de 50% do valor nominal transferido", afirma o documento de abertura da CPI. Fonte: Agência Assembleia de Notícias



Edição do Secretário na Escola tem presença da Fundação Telefônica Vivo

A Escola Municipal de Tempo Integral Benedito Soares de Castro, no Conjunto Caiçara, recebeu nesta quarta-feira (19/02), a segunda edição do Projeto Secretário na Escola de 2020. Hoje, o diferencial foi a presença da equipe da Fundação Telefônica Vivo, que realizou oficinas com tablets que integram o Projeto Aula Digital. Exemplares do material serão entregues em evento realizado nesta quinta-feira (20), no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

A escola atende 155 alunos do ciclo da infância, de seis a dez anos, em tempo integral. Acompanhadas de professores e demais servidores da unidade, as crianças receberam o secretário Marcelo Costa, equipe diretiva e responsáveis pelo Projeto Aula Digital com apresentação musical. Na companhia da diretora, o titular da pasta fez um tour pela unidade, conhecendo cada ambiente. Logo após deu início aos atendimentos individualizados.

O secretário Marcelo Costa ressaltou, durante a recepção, o quanto é importante essa aproximação entre equipe da SME e servidores das instituições, alunos, pais e comunidade em geral. "Não é uma visita, eu venho pra ficar com vocês, conversar, conhecer. Também é importante que outros diretores conheçam a escola, troquem ideias, pois é um momento para socializar", disse.

O titular da pasta também destacou a parceria com a Telefônica Vivo desde 2017. A união, segundo ele, veio para transformar a forma de trabalhar na escola, pensar em meios nunca usados antes, inovar, construindo um ambiente desafiador. "É um orgulho enorme saber que esse projeto esteja nas escolas e beneficiem as nossas crianças", disse Marcelo Costa.

A diretora Lívia Mara Araújo enfatizou a necessidade desse projeto, pois leva a SME até a escola para atender as demandas específicas da instituição. "Também é o momento do secretário ter uma aproximação da comunidade, conhecer o trabalho realizado e ainda trazer soluções para que seja possível um melhor desenvolvimento do nosso trabalho", pontuou.

Lívia também expressou satisfação em receber a equipe da Telefônica Vivo. A escola já participa do Projeto Aula Digital desde 2019 e agora vai receber o kit tecnológico, que é composto por uma maleta com tablets. "Os professores e gestores passaram por formação e as crianças realizaram as atividades propostas pelo programa. Os tablets que chegam serão utilizados pelos alunos a partir de agora, nas salas de aula, dando seguimento ao projeto".

Projeto Secretário na Escola

O projeto Secretário na Escola é uma proposta que visa compartilhar e aproximar a organização administrativa da SME das unidades da rede municipal de educação de Goiânia. Semanalmente, o ambiente educacional será foco de atuação do secretário ao deslocar funcionários e estrutura necessária para realizar suas atividades direto da unidade. A iniciativa contempla atendimentos nas áreas de alimentação educacional, acompanhamento pedagógico, consultoria em esporte, gestão de pessoas, acompanhamento da rede física e consultoria para prestação de contas.

Projeto Aula Digital

O Projeto Aula Digital é parte integrante do ProFuturo, programa global criado pela Fundação Telefônica e Fundação Bancária La Caixa, presente em países da África, Ásia e América Latina. O intuito é melhorar as oportunidades das crianças, incorporando a inovação nas escolas por meio da tecnologia e novas metodologias de ensino e aprendizagem. Em 2019, o Projeto Aula Digital atendeu a 100 escolas e a SME conseguiu realizar a formação de 794 educadores, superando as metas estipuladas, com dois módulos de formação, sobre Espaços Diferenciados e Papel do Professor. Fonte: Adriene Bastos, Editoria de Educação e Esporte / Foto: Eulices Maria



CPI dos Incentivos Fiscais

Aidar argumentou ainda ter trabalhado durante o recesso parlamentar de final e início de ano para adiantar a composição de seu relatório da CPI. "Vocês verão aí o calhamaço de papel. Tem cabido apenas a mim a verificação de linha por linha, as correções que quero fazer e aí não dá para ficar discutindo isso com os demais membros da comissão. Eu chamei para mim essa responsabilidade e vou apresentar o relatório. São oito etapas. Nós já finalizamos quatro e está tudo bem encaminhado para até quarta ou quinta-feira da próxima semana eu finalizar para a gente poder encadernar e apresentar", explicou.

O relator não quis revelar detalhes mais aprofundados do teor do relatório, embora tenha dito que a questão dos Incentivos Fiscais se constitui uma "caixa preta" no Estado e que por falta de fiscalização e controle, segundo ele, trouxe prejuízos para Goiás. "Nós vamos mostrar, por exemplo, quanto custou cada emprego. Temos casos que um emprego custou mais de noventa mil reais por pessoa. O Estado perdeu muito e deixou de ganhar muito. A forma como se dá esses incentivos está totalmente equivocada. Nós vamos mostrar isso tecnicamente no nosso relatório e indicar novos caminhos para o Governo do Estado, inclusive, melhorando a fiscalização que ela praticamente inexistiu ao longo desses anos", disse.

Assim que houver a aprovação do relatório pela Assembleia Legislativa o documento será encaminhado ao Ministério Público Estadual (MP-GO) que poderá adotar medidas pela correção de irregularidades levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

A CPI que está em sua reta final investiga possíveis irregularidades na concessão de incentivos fiscais a empresas que optaram por se instalar em Goiás ou àquelas que já funcionavam no Estado e que obtiveram benefícios do Fomentar ou do Produzir para instalar ou ampliar seu parque industrial.

Projetos aprovados após instauração da CPI

Assim que iniciaram as atividades da CPI, no início do ano passado, Humberto Aidar começou a tomar ciência dos problemas na concessão de incentivos fiscais. Com isso, o parlamentar prometeu que durante o andamento da comissão iria propor projetos para corrigir as distorções encontradas.

Nesse contexto, o deputado apresentou sete projetos que têm como objetivo principal proteger o interesse público diante de possíveis distorções. Três deles já foram sancionados pelo Executivo, outros três estão em fase final de tramitação, além de um que foi vetado.

Uma das leis propostas pelo deputado Humberto Aidar e sancionada pelo Governo se refere à concessão de incentivos fiscais pelo estado de Goiás a grupos econômicos. A lei sancionada prevê que o benefício fiscal agora está condicionado à geração mínima de 2 mil empregos e ao recolhimento de carga tributária efetiva de pelo menos 2%. "Com essa lei de minha autoria, o Estado passa a ter um incremento de receita de cerca R\$ 140 milhões já neste ano", diz o deputado.

Também está ligado à CPI o projeto que põe fim ao crédito moeda. Na prática, essa era uma ferramenta utilizada por empresas que recebiam o benefício fiscal para trocar por dinheiro, por meio da venda de créditos outorgados para outras instituições, sem precisar dar contrapartida aos cofres públicos. A lei foi sancionada em dezembro do ano passado.

Outra mudança implantada a partir da iniciativa do deputado foi um projeto que impõe mudanças na lei que concede incentivos fiscais ao setor sucroalcooleiro. Apesar de algumas mudanças no decorrer da tramitação, a nova lei, segundo Humberto Aidar, garante mais equilíbrio, uma vez que obriga as indústrias a darem algumas contrapartidas ao Estado.

Composição e objetivo da CPI

A CPI dos Incentivos Fiscais é presidida pelo deputado Álvaro Guimarães (DEM) e tem como relator o deputado Humberto Aidar (MDB). O colegiado foi instaurado com base no decreto administrativo n° 2.965, de 13 de março de 2019. A iniciativa de criação desta CPI foi de Aidar (MDB), que contou com a assinatura de outros 23 parlamentares, sendo que o mínimo de adesão para que seja instaurada uma CPI, segundo o Regimento Interno, é de 14 assinaturas. O objetivo principal da comissão é proteger o interesse público diante de possíveis infrações.

As justificativas para a constituição da CPI foram as denúncias recebidas de irregularidades nos processos de concessão e benefício fiscais. Além disso, soma-se o fato de o estado comprometer, aproximadamente, 35% de sua receita por conta dos incentivos. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) decidiu, por meio de um Acórdão (N° 5.005, 2017), que o Estado "deve reduzir em no mínimo 9% a renúncia da receita tributária estadual".

Ainda constam nos livros fiscais, segundo auditorias fiscais da Administração Tributária Estadual, saldos credores milionários do ICMS de empresas beneficiárias do crédito outorgado, que acumulam o benefício de programas de incentivo Fomentar/Produzir. "Registra-se que tais créditos acumulados estão sendo utilizados em operações de transferências de créditos a outras empresas, que os adquirem com deságio perto de 50% do valor nominal transferido", afirma o documento de abertura da CPI. Fonte: Agência Assembleia de Notícias